

Suplentes:

Presidente — José Luís Carneiro Cirilo, técnico superior assessor principal — psicólogo.
Vogais:

Cristina Maria Rita Campos, chefe da DSUA.
José Manuel Oliveira Gameiro, leitor-cobrador de consumos.

7 — Descrição breve do conteúdo funcional do lugar a prover — as referenciadas no Despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989, tais como: lê os contadores nas casas dos consumidores os números relativos aos gastos de água, etc.

7.1 — Área funcional — pessoal auxiliar.

8 — Local de trabalho — concelho de Grândola.

9 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

10 — Formalização da candidatura — a candidatura deverá ser formalizada em requerimento dirigido ao presidente da Câmara e dele deverão constar o nome completo, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, habilitações literárias, número, data e serviço do bilhete de identidade, número de contribuinte, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo, para Rua do Dr. José Pereira Barradas, 7570-281 Grândola.

11 — Instrução do requerimento — o requerimento em que é solicitada a admissão ao concurso deverá ser instruído com os documentos comprovativos dos requisitos referidos no n.º 2.1, podendo ser dispensada a sua apresentação para admissão a concurso se o candidato declarar no próprio requerimento, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos. Os funcionários e agentes pertencentes a esta Câmara estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual.

A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ou da declaração sob compromisso de honra determina a exclusão do concurso.

11.1 — Os candidatos com deficiência deverão declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, devendo ainda mencionar no respectivo requerimento todos os elementos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

12 — Documentos de apresentação obrigatória — é obrigatória, sob pena de exclusão, a junção do certificado de habilitações literárias original ou fotocópia simples nos termos do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, e *curriculum vitae*.

13 — Os candidatos, com o requerimento a solicitar a admissão ao concurso, poderão apresentar declarações em que especifiquem quaisquer circunstâncias susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais só poderão ser tidas em consideração se devidamente comprovadas.

13.1 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14 — De acordo com a alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e entrevista, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

15 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e lista de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Concelho, ou notificados aos candidatos, nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

24 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Anibal Cordeiro*.
1000304247

Aviso n.º 186

Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do vice-presidente datado de 12 de Julho de 2006, foi contratado ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, David Alexandre Gonçalves Borges Leiria de Brito, com a categoria de técnico profissional de animação de 2.ª classe, para exercer funções na Divisão de Acção Social, Cultura e Educação/Biblioteca Municipal, a partir do dia 17 de Julho de 2006, a ser remunerado pelo escalão 1, índice 199, a que corresponde o vencimento de 640,62 euros.

25 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.
1000304222

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 73/2006

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados entre o Município de Leiria e os indivíduos abaixo mencionados, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003 e regulamentado pela Lei n.º 35/2004 e do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Ana Filipa Pinto Pinhal, com a categoria de técnica superior de arquitectura de 2.ª classe, por meu despacho de 7 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 15 de Março de 2006.

Ana Luísa de Oliveira Freitas, com a categoria de técnica superior de sociologia de 2.ª classe, por meu despacho de 29 de Maio de 2006, com efeitos a 1 de Julho de 2006.

Ana Violante Rosário Bernardes, com a categoria de técnica profissional de administração de 2.ª classe, por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 1 de Abril de 2006.

Anabela Gomes Carvalho, com a categoria de técnica superior de conservação e restauro no ramo da arqueologia da paisagem de 2.ª classe, por meu despacho de 29 de Maio de 2006, com efeitos a 1 de Julho de 2006.

António Francisco Carneiro Galdes Neto Vasconcelos, com a categoria de técnico superior de geografia no ramo da cartografia e sistemas de informação geográfica de 2.ª classe, por meu despacho de 31 de Maio de 2006, com efeitos a 20 de Julho de 2006.

Arlete da Conceição Batista Lopes Cotrim, com a categoria de auxiliar administrativa, por meu despacho de 31 de Março de 2006, com efeitos a 2 de Maio de 2006.

Cristina Maria Magalhães Dinis, com a categoria de técnica superior de sociologia de 2.ª classe, por meu despacho de 29 de Maio de 2006, com efeitos a 1 de Julho de 2006.

Graça Maria Mira Constantino Piedade, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, por meu despacho de 31 de Maio de 2006, com efeitos a 2 de Julho de 2006.

Hélder Jorge Marques Leitão, com a categoria de engenheiro geógrafo de 2.ª classe, por meu despacho de 31 de Maio de 2006, com efeitos a 11 de Julho de 2006.

Márcia Catarina Ferreira Jesus, com a categoria de técnica profissional de animação sócio-cultural de 2.ª classe, por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 7 de Março de 2006.

Marco Paulo Marques Ribeiro, com a categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, por meu despacho de 31 de Maio de 2006, com efeitos a 15 de Julho de 2006.

Margarida Alexandra Nunes Ferreira da Silva, com a categoria de técnica superior de relações humanas e comunicação no trabalho de 2.ª classe, por meu despacho de 7 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 1 de Abril de 2006.

Maria João Carneiro Galdes Neto Vasconcelos, com a categoria de técnica superior de geografia na área de especialização do ordenamento do território e desenvolvimento de 2.ª classe, por meu despacho de 6 de Julho de 2006, com efeitos a 8 de Agosto de 2006.

Maria José Marques dos Reis, com a categoria de auxiliar administrativa, por meu despacho de 31 de Março de 2006, com efeitos a 2 de Maio de 2006.

Maria Madalena Sanheira Bastos Quaias, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, por meu despacho de 31 de Maio de 2006, com efeitos a 2 de Julho de 2006.

Natasha Miguel Oliveira, com a categoria de auxiliar administrativa, por meu despacho de 31 de Março de 2006, com efeitos a 2 de Maio de 2006.

Patrícia João Reis Mendes, com a categoria de arquitecta de 2.ª classe, por meu despacho de 29 de Maio de 2006, com efeitos a 1 de Julho de 2006.

Paula Conceição Henrique Órfão, com a categoria de técnica superior de relações humanas e comunicação no trabalho de 2.ª classe, por meu despacho de 7 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 1 de Abril de 2006.

Silvia Matias Carreira Risques Pereira, com a categoria de técnica superior de relações internacionais de 2.ª classe, por meu despacho de 7 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 18 de Março de 2006.

11 de Julho de 2006. — Pela Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível.*) 1000304261

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 18 de Julho de 2006, foi concedida ao operário da carreira pintor do grupo de pessoal operário qualificado, do quadro de pessoal desta autarquia, Bruno Miguel Malveiro Correia, licença sem vencimento por um ano, com início no dia 1 de Agosto de 2006, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 76.º e n.º 1 do artigo 104.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

21 de Julho de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas.* 1000304245

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal datado de 12 de Julho de 2006, foi concedida ao assessor principal da carreira de arquitecto do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal desta autarquia, João António Sustelo Quirino, licença sem vencimento por 60 dias, com início no dia 24 de Julho de 2006, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

17 de Julho de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas.* 1000304244

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 12 de Julho de 2006, foi concedida à assistente administrativo da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal desta autarquia, Rosa Maria Guerreiro Gomes, licença sem vencimento por um ano, com início no dia 13 de Julho de 2006, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 76.º e n.º 1 do artigo 104.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

13 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio.* 1000304243

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que foi autorizada a requisição do professor Rui Nelson Barbosa Vieira Mendes para exercer funções técnico-pedagógicas nesta Câmara Municipal até 31 de Agosto de 2007, conforme despacho do director regional de Educação do Norte de 20 de Junho de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.* 1000304204

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b)* do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, se torna público que, por despacho do presidente datado de 12 de Junho de 2006 e com início em 19 de Junho de 2006, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo —

termo certo, ao abrigo da alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por quatro meses, com:

Joaquim António Almeida Pires.
Nuno Miguel Gomes Franco.
Sérgio Miguel Batista Pereira.
António José Batista Carmo Silva.
Filipe José Pires Mena.

Na categoria de auxiliares de serviços gerais — pessoal auxiliar, com a remuneração ilíquida mensal de 412,06 euros.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

19 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Frutuoso.* 1000304229

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 26 de Junho de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo — termo certo por mais um ano, com início em 1 de Agosto do corrente ano, com as seguintes funcionárias:

Dora Maria Éfe Pereira.
Idalina Maria Batista Pereira Miguéns.

Na categoria de auxiliar serviços gerais, com remuneração ilíquida de 412,06 euros.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Frutuoso.* 1000304231

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público, que por despacho do presidente desta Câmara Municipal datado de 13 de Julho de 2006, foi celebrado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e da alínea *a)* do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, contrato de tarefa com Nuno Miguel de Jesus Camões.

O contrato teve início no dia 13 de Julho de 2006 e será válido por seis meses.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Julho de 2006. — Por delegação de competências (despacho 10-2/PCM/05), o Director do DAF, *António Pereira.* 1000304220

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

Aviso

Concurso externo de ingresso para admissão de um técnico superior de 2.ª classe, estagiário

Para os devidos efeitos e por despacho da presidente da Câmara Municipal datado de 11 de Julho de 2006, foi anulado o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 10 de Julho de 2006, referente à abertura do concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para posterior provimento na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior.

18 de Julho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto.* 1000304256

CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência de concurso interno de acesso limitado, cujo aviso de abertura foi afixado nos lugares públicos do costume em 11 de Julho de 2006 e por despacho do presidente da Câmara de 26 de Junho de 2006, se procedeu à